

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Srs. Membros do Governo

A migração é, sem dúvida, um barómetro das circunstâncias sociais, económicas e políticas em transformação a nível nacional e internacional, e um sinal das grandes disparidades entre locais de origem e de destino dos movimentos migratórios.

No contexto actual do espaço europeu e num mundo que cada vez mais caminha para a globalização, os grandes fluxos migratórios de milhões de pessoas tornaram-se num fenómeno incontornável. Os diferentes graus de desenvolvimento entre os países deram origem a muitas desigualdades ao nível económico, aumentando a diferença entre países ricos e países pobres. Por outro lado, o desequilíbrio demográfico existente entre os países mais desenvolvidos, com uma população envelhecida, e os mais pobres, constituídos por uma população jovem, ávida de trabalho e de melhores condições de vida, vieram acentuar estes fluxos.

No espaço da União Europeia, às correntes migratórias Sul/Norte intra-europeias (Itália, Espanha, Grécia, e Portugal), sucederam-se os fluxos extra-europeus vindos, primeiro, do Magrebe e da Turquia e, em seguida, das regiões mais sobrepovoadas e carenciadas da Ásia, América e da África Subsariana.

O abalo dos sistemas económicos e políticos do Bloco de Leste, no início dos anos 90, provocou uma nova mobilização de pessoas à procura de melhores condições de vida e segurança no espaço europeu.

A maioria das metrópoles europeias está a tornar-se cada vez mais multicultural, levando os países de acolhimento a desenvolverem estratégias adequadas para a integração económica e social dos recém chegados e das suas famílias.

Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Srs. Membros do Governo

Os portugueses, como alguns povos do sul da Europa, foram também pessoas de grande mobilidade, sendo, durante muitos anos, país de emigração. O problema das minorias étnicas não se fazia sentir no espaço social. Hoje a novidade é outra. Ao contrário do que estávamos habituados, de país de origem passámos a ser país de destino de fluxos populacionais. Todavia, em Portugal a imigração é um fenómeno relativamente recente, mas atingindo, já, uma expressão quantitativa assinalável.

A evolução desses fluxos no seio da sociedade portuguesa começa a ter significado após a independência das nossas ex-colónias em África, não só com o regresso duma parte dos portugueses, mas também com a vinda de populações desses Países, que, no nosso, procuravam melhores condições de vida. Em 1974-75, com a descolonização dos territórios ultramarinos em África, regressavam cerca de meio milhão de nacionais radicados naqueles locais, e no início dos anos 80, assistia-se à entrada de 200.000 estrangeiros em Portugal vindos sobretudo dos PALOP e do Brasil.

Com a adesão à CE, em 1986, e ao longo de toda a década de 90, anos marcados por uma prosperidade económica e pela concretização de inúmeros projectos de obras

públicas e de construção civil, carentes de mão de obra não disponível, os fluxos migratórios ganham expansão. Nessa época nota-se um reforço constante da corrente de entrada de cidadãos provenientes dos países da Europa Comunitária, motivada pela liberalização da entrada, residência, trabalho e estabelecimento de que gozam.

As profundas alterações resultantes dessa mobilização a nível mundial, apresentaram também importantes reflexos em Portugal, quer no crescimento da população estrangeira, implicando significativas mudanças no cenário social e profissional, quer com impactos determinantes ao nível do mercado de trabalho.

Até à referida data, sabia-se da existência de numerosos estrangeiros em Portugal na situação de clandestinos, facto que levou, a partir de 1992, a determinar a necessidade de se abrirem processos de legalização extraordinária de imigrantes em situação de estadia irregular.

Efectivamente, verifica-se uma significativa mudança nas tendências da imigração em Portugal, concluindo-se que nessa altura as maiores comunidades fixadas em Portugal, por ordem decrescente, eram: Cabo-verdianos, seguida dos Brasileiros e, por último, a dos Ucrânios.

Associada a esta questão sabemos que existem problemas complexos de cidadania, nacionalidade, diversidade cultural e inclusão.

Há estudos que nos mostram que as barreiras mais frequentes para uma integração socio-económica poderão decorrer de:

- problemas com a língua;
- diferenças educativas;
- problemas no acesso à habitação
- acessibilidade limitada no que respeita a certos serviços;
- redes sociais pobres.

Tendo em conta alguns destes problemas, o Governo Português tem vindo, com dificuldade, a ajustar-se a esta nova realidade, criando legislação adequada, de modo a contribuir para que as condições de estada em Portugal melhorem. Criou legislação que fixa a limitação dum máximo anual de entradas em território nacional de cidadãos de Estados terceiros, com o parecer do Instituto do Emprego e Formação Profissional, depois de ouvidas as Regiões Autónomas, a Inspeção Geral do Trabalho, a Associação Nacional de Municípios, as confederações patronais e sindicais e o Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas, onde são definidos os critérios económicos e sociais na determinação de mão-de-obra e da capacidade de acolhimento de cada região.

Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Srs. Membros do Governo

Apesar da percentagem de imigrantes nos Açores representar, apenas, 2% do todo nacional e ser a região de Portugal onde o fenómeno da imigração se fez sentir por último, gostaria de fazer aqui uma pequena abordagem a esta questão.

De acordo com os dados estatísticos do SEF, residem na região cerca de 8.000 estrangeiros de 70 nacionalidades diferentes. Cerca de 6.000 são imigrantes, maioritariamente brasileiros. Estes rondam os 25 anos, e são os que melhor se integram na sociedade açoriana, verificando-se que 75% deles contraem matrimónio com pessoas nascidas na Região. Este fluxo migratório traz uma mais valia para a Região, uma vez que permite o rejuvenescimento da população envelhecida, e aumenta o enriquecimento cultural do arquipélago. Tal como estes, todos os outros, oriundos de diversos países, parecem bem integrados e dispõem de condições favoráveis para o acolhimento na sociedade açoriana segundo, afirmações do responsável da AIPA (Associação dos Imigrantes nos Açores com cerca de 500 sócios).

Os Açorianos, em geral, aceitam e convivem bem com a população imigrante. Certamente porque a Região, como local de forte emigração que já foi, sabe ser solidária para com os que deixam a sua terra natal.

Aníbal Pires na sua tese de mestrado “Ser Imigrante em Terra de Emigrantes”, mostra que 74,6% de sujeitos inquiridos, num universo de 120 imigrantes, responderam que a política de imigração seguida na Região é francamente positiva.

Em 2002, o Governo Regional, consciente deste fenómeno nos Açores, cria o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração, a fim de assegurar a participação e colaboração das Associações representativas dos imigrantes, dos parceiros sociais e das IPSSs na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão social. As competências deste instrumento permitem o acompanhamento deste fenómeno na Região, considerando a presença de imigrantes na sociedade local como um potencial económico e social com benefícios para ambas as partes, prevenindo também eventuais impactos negativos.

O Presidente do Governo reafirma aqueles princípios no 1º Fórum Nacional das Estruturas Representativas dos Imigrantes realizado em S. Miguel, quando diz: “Os Açores ganharam em riqueza e diversidade com a chegada dos imigrantes e vão necessitar de mais cidadãos estrangeiros para se desenvolverem”.(Citei)

Consultando, ainda, o relatório do ano transacto da AIPA, pude verificar que, entre aquela Instituição e o Instituto da Acção Social, existe um protocolo firmando e demonstrando uma ajuda significativa à integração dos imigrantes na nossa Região.

A Diocese de Angra atenta, também, à referida problemática, tem dado um contributo significativo, promovendo cursos de língua portuguesa para imigrantes, para além doutras acções facilitadoras da integração dos imigrantes na sociedade açoriana.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Apesar de existir vontade política, há muito a fazer nesta área de modo a serem facilitados os processos de legalização, respeitados os seus direitos e aproveitadas as suas competências, para que sejam de facto uma mais valia para a localidade e uma forma de atrair outros.

Segundo estudos já realizados, Portugal vai precisar nos próximos tempos de 2 milhões de activos.

Este mesmo fenómeno acontecerá provavelmente nos Açores, se considerarmos que a população açoriana em idade activa, em 2004, representava, apenas, 62% da população total, (o mesmo que há 10 anos) e se analisarmos o desequilíbrio demográfico que se verifica nos Açores, podemos concluir que estes factores levarão, também, à necessidade de se captar pessoas de outros locais.

Aproveitar este fenómeno de potencialidades, é uma oportunidade, mas não podemos esquecer que a imigração pode trazer grandes benefícios para o desenvolvimento, mas pode também ser factor de muitos perigos, se não for feita uma integração cuidadosa e bem trabalhada.

Creio ser tempo de nos prepararmos para este fenómeno.

De facto, aceitar o outro que vem de fora e ajudá-lo a integrar-se na nova sociedade, passa pela valorização da função da diferença entre nacionais e estrangeiros. Não é anular diferenças culturais. Pelo contrário, criar condições para uma coabitação pacífica sem discriminação. Wolton aconselha-nos a via do turismo para uma boa integração, ou seja: “O outro não deve aparecer como ameaçador ou hostil, mas sim como um hóspede. É fazer com que o outro seja percebido não como um convidado para trabalhar, mas sim para o prazer.”

Estamos perante um problema dos trabalhadores em geral, um problema comum da sociedade que temos e da sociedade em que vivemos, uma sociedade onde se agravam os problemas referentes ao desemprego.

Desde que a UE melhorou os seus padrões de vida, a outra parte da Europa Central e de Leste, assim como o Continente Africano, viram as suas condições de sobrevivência regredirem. A desigualdade acentuou-se e ampliaram-se as diferenças. Todos sabemos que os povos migram da pobreza para a riqueza.

Por conseguinte, é importante fazer-se uma reflexão profunda sobre:

Porque é que as pessoas se movem? O que buscam? Quais as condições que levam a que abandonem a sua terra natal, a segurança do conhecido e a meterem-se por caminhos inseguros, desconhecidos, incertos e muitas vezes perigosos?

A razão fundamental é, sem dúvida, a pobreza ou, ainda pior, a extrema pobreza.

O problema da Imigração na Europa, bem como a sua colocação no mercado de trabalho será uma preocupação e uma prioridade das futuras presidências da União Europeia. Naturalmente porque é um problema comum de muitos e, porque, a este, muitos outros se associam.

Decorrendo, hoje, o Dia Internacional da Mulher e sendo mulher, não podia ficar indiferente a esta efeméride. Sabendo-se que tantas mulheres deixam os seus Países pelas mais variadas razões, acalentando sonhos que nunca os concretizam quando apanhadas nas malhas do tráfico ilegal de imigrantes, e porque no estudo, O Tráfico de Migrantes, lançado pela ACIME em 2004, é referido um número indicativo de 5.000



GRUPO PARLAMENTAR
DO PARTIDO SOCIALISTA - AÇORES

mulheres forçadas a prostituírem-se em Portugal, permitam-me que desta tribuna faça um apelo:

Na defesa dos direitos humanos, e neste caso da mulher, sintamo-nos corresponsáveis e ajudemos a dismantelar tal prática criminosa.

Com este espírito, estou certa, que continuaremos a comemorar o dia internacional da mulher com menos hipocrisia.

A deputada

Fernanda Trindade